
O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO BARBOSA PINTO (WANDERLEY - BA)¹

Douglas Novais da Silva²

Resumo

O presente artigo busca compreender como tem se dado o trabalho de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto, instituição de Ensino Fundamental II, localizada na Comunidade Negra Ribeirinha de Goiabeira e que atende os estudantes da comunidade quilombola de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba. Para a realização desta análise, fez-se um recorte específico para o componente curricular de História. A escolha do recorte se justifica pela proximidade de área de pesquisa, como também pela compreensão do quanto o ensino de História por décadas se encontrou e ainda se encontra ancorado em bases eurocêntricas. Para a efetivação deste estudo, utilizou-se uma metodologia pautada no cruzamento de fontes, numa abordagem qualitativa, de tipo bibliográfico, documental e de campo. Foi aplicado um formulário ao professor de História, bem como foi empreendida a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. A partir dos dados obtidos, foi realizada uma reflexão ancorada por uma discussão teórica a respeito da Educação Escolar Quilombola. Enquanto resultado da pesquisa, observou-se uma grande ausência no que se refere aos materiais didáticos adotados e a proposta do PPP em relação aos objetos de conhecimento de História e da Educação Escolar Quilombola.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Ensino de História. Quilombo Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba.

Introdução

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola foi uma conquista do movimento negro a partir de muita luta. Ocorrida somente no ano de 2012, a publicação de tais diretrizes garante às comunidades quilombolas o acesso à uma educação básica de acordo suas especificidades locais, de modo que direcionam as instituições educacionais que atendam estudantes quilombolas a praticarem uma pedagogia própria, esta que deve respeitar às especificidades culturais e étnico-raciais de cada território quilombola.

¹ Este trabalho é fruto de minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso na Licenciatura em História da UFOB, cujo tema foi *Educação Escolar Quilombola e a comunidade de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: Um olhar sobre o Ensino de História*, defendida em 2021, sob a orientação da Professora Napoliana Pereira Santana.

² Graduado em Licenciatura em História e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB/Barreiras. E-mail: douglasufob2017@gmail.com.

Com uma discussão múltipla, o documento abarca todas as áreas de conhecimento, refletindo que cabe em específico ao ensino de História contribuir com a implementação de um ensino histórico antirracista, como aponta o Art. 35 das Diretrizes:

Art. 35 O currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, deverá: I – garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas; II – implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004; III – reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana; IV – promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas (BRASIL, 2012, p. 14).

Desse modo, é de responsabilidade do ensino de História na Educação Escolar Quilombola o trabalho com os objetos de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) interligando-os e relacionando-os com as temáticas locais do quilombo em que está inserida a escola. Ou seja, é necessário que seja abarcada nas aulas de História, a identidade negra, os saberes tradicionais do lugar e a história dos moradores e seus processos de lutas e resistência. Neste contexto, deve-se trabalhar com as *pedagogias quilombolas*³ em todas as etapas da educação básica, desde o Ensino Infantil ao Ensino Médio.

Partindo desta reflexão, o presente estudo teve como objetivo analisar as práticas educativas da disciplina de História da Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto, instituição de Ensino Fundamental II, localizada na Comunidade Negra Ribeirinha de Goiabeira, e que atende as crianças e adolescentes da comunidade quilombola de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba, no município de Wanderley – BA.

Para tanto, três questões nortearam a pesquisa: Qual a efetividade das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na escola pesquisada, tendo em

³ Segundo Souza (2015, p. 19) as pedagogias quilombolas correspondem aos “saberes produzidos pelos quilombolas e que são de extrema relevância para o campo educacional”. Assim, as pedagogias quilombolas dizem respeito às “formas de ensinar e aprender construídas e reconstruídas dentro do quilombo, tendo como base os elementos da cultura local como a oralidade, os valores, o respeito aos mais velhos, as lendas, os ritos, a ludicidade, a corporeidade, os costumes, os saberes e todas as formas de resistência daquele grupo” (SOUZA, 2015, p. 73).

vista que esta recebe os estudantes da Comunidade Quilombola de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba? No que se compreende o ensino de História, quais as práticas adotadas na escola? E como estas se relacionam com os documentos legais, a exemplo das Diretrizes Curriculares e do Projeto Político Pedagógico?

Como metodologia, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, de tipo bibliográfico, documental e de campo. Para tanto, inicialmente foi realizado um estudo acerca da Educação Escolar Quilombola, ancorado em teóricos como Shirley Pimentel de Souza (2015), Nilma Lino Gomes (2011) e entre outras/os. A segunda etapa compreendeu a pesquisa documental, na qual foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e o Projeto Político Pedagógico da escola que foi disponibilizado em via digital pela instituição de ensino para a realização da pesquisa. A terceira e última etapa, agregou o momento de catalogação de informações com a escola e o professor de História, tendo em vista a pandemia do Covid-19, foi utilizado de ferramentas digitais para a obtenção das informações desejadas.

A partir dos dados obtidos, foi realizada uma reflexão em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e sua aplicabilidade em relação ao ensino de História na escola pesquisada. Tal reflexão evidenciou uma grande ausência no que se refere aos materiais didáticos adotados e a proposta do PPP em relação aos objetos de conhecimento de História com a Educação Escolar Quilombola.

O quilombo de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba

O quilombo de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba está localizado no município de Wanderley – BA, o qual estende-se por 2 959,5 km², com uma população de cerca de pouco mais de 12 238 habitantes de acordo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com 36 anos de emancipação política, o município está situado no território da Bacia do Rio Grande, onde faz limites como as cidades de Cotegipe, Barra, Cristópolis e Muquém do São Francisco. A cidade de Wanderley é conhecida por seus grandes latifúndios, os quais possuem um dos maiores rebanhos bovinos da região oeste, como também se caracterizam enquanto grandes produtores de milho da Bahia.

Nesse cenário, a comunidade quilombola de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba está localizada a uma distância de cerca de 100 km da sede do município, às margens do Rio Grande e fazendo limites com as comunidades negras ribeirinhas da Goiabeira (Wanderley-BA), Baboseira (Wanderley-BA), Conceição (Wanderley-BA) e Tabatinga (Cotegipe-BA).

Segundo a memória social da comunidade de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba, o povoamento do território teve início acerca de pouco mais de 200 anos (BRASILEIRO, 1999). No documento entregue à Fundação Cultural Palmares, em 05 de março de 1996, no qual a comunidade reivindica a Certidão de Auto Reconhecimento, é possível perceber uma permanência na área há muito tempo, em um estado de relativo isolamento, com pequenas exceções de deslocamentos para os territórios vizinhos.

No entanto, não é possível precisar quando se teve início o povoamento do território, sabe-se a partir do documento enviado à Fundação Cultural Palmares e do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) que a comunidade tem com referência a figura da matriarca Maria da Cruz, esta que “nasceu no território de Sacutiaba assim como sua mãe e sua avó” (BRASILEIRO, 1999, p. 07). Já o seu avô, o senhor Joaquim Pereira dos Santos, oriundo da Boca do Tabuleiro⁴, chegou ao território para trabalhar como vaqueiro dos Pintos, então proprietários da Fazenda Sacutiaba.

A partir de relatos e da documentação citada anteriormente, é possível notar que antes dos Pintos chegarem a aquele território, ele já era povoado pelos “nêgo véio”. No entanto, de acordo Brasileiro (1999), a chegada de tais fazendeiros não ocasionou mudanças significativas nos negros que ali viviam, tendo em vista que para manter o controle, eles possibilitavam que aqueles que já estavam nas terras pudessem criar seus animais, plantar, colher e viver, o que acaba por criar uma relação de dependência com o fazendeiro.

Tal relação de dependência, segundo Silva (*apud* Souza, 2015), pode ser denominado de “agregação⁵”, o qual corresponde a um tipo de servidão, tendo em vista que os quilombolas “ocuparam” os territórios em torno das fazendas, podendo viver, plantar e colher, mas, em troca, “deviam favores” aos senhores/fazendeiros.

Em meio a esse sistema de “agregação”, a situação dos moradores do território viria a complicar ainda mais com a venda da Fazenda Sacutiaba. A fazenda, então propriedade dos

⁴ O território da Boca do Tabuleiro compreende uma comunidade negra rural do município de Cotegipe-BA.

⁵ O sistema de “agregação” remete ao período da escravidão. Agregados que eram na verdade posseiros conviviam lado a lado com escravizados nas propriedades escravistas. Segundo Silva (*apud* SOUZA, 2015), o sistema de agregância irá se ampliar com o fim do período escravocrata, tendo em vista que a abolição, embora tornasse os negros “libertos”, não possibilitou mecanismos de incorporação dessa população à sociedade, ocasionando que muitos ainda continuassem nas fazendas dos senhores que antes lhes escravizavam. Embora livres, percebe-se que essa liberdade não era total, existia uma relação de dependência entre os agregados e os seus antigos senhores, tendo em vista que a condição de agregados implicava em “dever favor” aos fazendeiros. Contudo, é importante apontar que a permanência de libertos nas terras de seus antigos senhores também pode está atrelada a defesa de conquistas adquiridas desde a escravidão como o acesso às roças próprias e a garantia da estabilidade da vida familiar e social que possibilitou, inclusive, a formação e sedimentação de comunidades negras.

Pintos, fora vendida em 1973 para um pernambucano. Segundo Sheila Brasileiro (1999), antropóloga do Ministério Público Federal que ainda teve a oportunidade de entrevistar Maria da Cruz em vida, ao vender a fazenda, os Pintos fizeram “a recomendação oral de eles não mexerem com os terrenos ocupados pelo pessoal, que se encontrava na área desde os tempos do Joaquim, como moradores deles” (BRASILEIRO, 1999, p. 4).

No entanto, apesar desta recomendação, os novos proprietários não a respeitaram, de modo que empenharam a todo custo expandir os seus territórios, pressionando e ameaçando de todas as formas os quilombolas que ali já residiam. A partir desse momento, no qual se veem com o seu território ancestral ameaçado, os moradores de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba liderados por Maria da Cruz resolveram procurar por seus direitos. Pode-se notar que o conflito é estabelecido quando há um rompimento de práticas costumeiras quando da presença do outro fazendeiro. Pois, como aponta E. P. Thompson,

[...] o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado – e até mesmo o codificado – estava em fluxo contínuo. Longe de existir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, *o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes* (THOMPSON, 1998, p. 16-17; grifo nosso).

Ou seja, os negros do território de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba tinham acordos com o outro fazendeiro, acordos que eram respeitados. Quando isso se rompe devido à chegada de um novo fazendeiro, eles entram em conflitos.

Em 1995, os moradores enviaram uma representação para a Fundação Cultural Palmares solicitando a regularização do território, conforme orienta o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 (BRASILEIRO, 1999), ao deliberar que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Em resposta, a Fundação Cultural Palmares encaminha o procedimento ao Ministério Público Federal (MPF), em Brasília, para adoção das providências cabíveis, em busca de elementos que comprovem que a comunidade seria remanescente de quilombos (BRASILEIRO, 1999). Assim, é encaminhada a antropóloga Sheila Brasileiro (do MPF) para a construção de um parecer técnico a respeito da comunidade. Para isso, ela realiza uma série de ações, entre entrevistas com os moradores locais e análises de documentos.

Após a construção do parecer, a antropóloga o envia para o MPF, indicando, a partir da memória social dos moradores, a permanência da comunidade na área há aproximadamente mais de 200 anos. Com isso, em 1997, a Fundação Cultural Palmares emite a certificação comunidade a enquanto território quilombola.

Com as terras certificadas pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade deu início ao processo de regularização, o qual se encontra atualmente em fase avançada, estando “inclusive com Portaria de reconhecimento publicada pelo INCRA no Diário Oficial da União (DOU), em 17/03/2017. Sendo delimitado pelo INCRA uma área de 12,2 mil hectares consolidando assim, seu território onde vivem 69 famílias” (BONFIM, 2017, p. 18).

Embora a comunidade tenha conseguido a sua certificação e o processo de regularização encontra-se em estágio avançado, os desafios vivenciados pelos quilombolas de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba persistem até os dias de hoje, tendo o seu território ameaçado constantemente pelos novos proprietários das fazendas que lhes fazem limites. Contudo, ainda que as ameaças e os percalços continuem, a comunidade se encontra cada vez mais resistente.

Atualmente, a comunidade possui em torno de duas centenas de moradores, com um pouco mais de 50 casas. Buscando uma nova organização interna que melhor pudesse se articular frente às ameaças, bem como, reafirmar a sua identidade, o quilombo organizou-se em uma Associação, a qual a denominou de Associação dos Quilombolas de Riacho de Sacutiaba e Sacutiaba. O atual presidente da Associação é o Sr. Jonas Pereira dos Santos, neto da matriarca Maria da Cruz. O mandato de cada presidência é de dois anos, podendo ser renovado pelo mesmo período. Os encontros da Associação sempre acontecem no início do mês, e estes sempre têm como pauta a luta pelo território e pela afirmação dos direitos e da identidade quilombola da comunidade.⁶

As atividades econômicas são baseadas na agricultura, na criação de animais e na pesca. A predominância é da agricultura, principalmente da lavoura de feijão, milho, mandioca, abóbora e melancia. O plantio é feito em áreas reservadas, as quais ficam próximas ao Rio Grande. Além da agricultura, os moradores do Quilombo de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba também têm como fonte de renda e sustento os benefícios sociais do Governo Estadual e Federal, à exemplo da Bolsa Família, da aposentadoria e da Bolsa Pesca.

⁶ Informação fornecida pelo presidente da Associação dos Quilombolas de Riacho de Sacutiaba e Sacutiaba, o Sr. Jonas Pereira dos Santos, neto da matriarca Maria da Cruz, falecida no ano de 2015.

A comunidade dispõe de energia elétrica, no entanto, não possui uma boa iluminação pública em seu território. Sobre o acesso à água, o quilombo conta com um sistema de água encanada, mas, sem o devido tratamento necessário. A água é captada por uma bomba no Rio Grande e distribuída aos moradores. Mas, segundo eles, normalmente falta água nas torneiras, pois a comunidade dispõe somente de uma bomba para captação de água no rio que comumente apresenta defeitos, tendo que aguardar a visita do técnico para a sua manutenção. Quando isso acontece, as próprias pessoas vão ao rio com vasilhames para pegar água.

No que diz respeito ao acesso às políticas públicas de saúde, o quilombo não dispõe de posto médico. Em caso de necessidade, as pessoas têm que se deslocar para a Comunidade Negra Ribeirinha da Goiabeira, a qual fica a uma distância de 10 km. Quando do período chuvoso, a comunidade fica desassistida, tendo em vista que as estradas ficam intransitáveis.

Na educação, a situação não é diferente. A comunidade possui duas instituições de ensino, no entanto, somente uma funciona. A outra, com uma estrutura maior, e mais adequada às necessidades da Educação Escolar Quilombola, encontra-se em construção desde o ano de 2015, sofrendo sucessivas paralizações em suas obras.

A estrutura da escola que funciona e que recebe o nome de Escola Municipal Manoel Ramos de Oliveira oferta somente a etapa do Ensino Fundamental I, ou seja, do 1º ao 5º ano. As outras etapas, tanto o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), quanto o Ensino Médio, não são ofertados na comunidade. Para essas etapas, os estudantes devem se deslocar para a Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto, na Comunidade Ribeirinha da Goiabeira.

A Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

Como apontado na seção anterior, a comunidade de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba dispõe de duas instituições de ensino, no entanto, somente a Escola Municipal Manoel Ramos de Oliveira está em funcionamento, esta que oferta exclusivamente a Educação Fundamental I e possui apenas uma sala de aula e uma cantina em suas dependências. A outra, com uma maior estrutura, contando com seis salas de aulas, cantina, coordenação e biblioteca, encontra-se desde 2015 em construção, sofrendo inúmeras paralisações em suas obras. Isso mostra o desinteresse do poder público em investir em educação de qualidade para a comunidade.

Tendo em vista que a Escola Municipal Manoel Ramos de Oliveira oferta somente o Ensino Fundamental I, os estudantes para cursarem as demais etapas da educação básica (Fundamental II e Ensino Médio) devem se deslocar para outra escola, a qual fica localizada em outro território da margem do Rio Grande. Trata-se da Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto, localizada na Comunidade Negra Ribeirinha de Goiabeira, a uma distância de aproximadamente 7 km de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba.

Figura 1: Entrada da Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto, localizada na Goiabeira.



Fonte: Douglas Novais da Silva, janeiro de 2020.

A história da escola remonta-se aos anos de 1960, quando a comunidade ribeirinha de Goiabeira, assim como todo o restante do território da cidade de Wanderley, era distrito do município de Cotegipe – BA. Neste período, a comunidade recebia o nome de Fazenda Palma e pertencia ao fazendeiro Antônio Barbosa Pinto, este que abrigava em suas terras uma grande quantidade de trabalhadores agregados, os quais já residiam no território desde antes deste se tornar proprietário da fazenda.⁷

Após a morte do senhor Antônio Barbosa Pinto, a fazenda passou para o domínio de seus filhos, os quais trataram logo de dividir o território e vender suas partes. Com isso, a

⁷ Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, a região da Goiabeira que antes compreendia a Fazenda Palma era povoada por indivíduos negros descendentes de escravos, em sua maioria estabelecendo relações de dependência com o fazendeiro, algo parecido ao que aconteceu no território quilombola de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba. Desse modo, acreditamos que a região de Goiabeira também se trata de um território quilombola, embora não certificado pela Fundação Cultural Palmares.

população do território sofreu um aumento, bem como novas comunidades surgiram. Neste cenário, os moradores preocupados com a educação escolar de seus filhos organizaram em um grupo e decidiram buscar meios para que as crianças estudassem no próprio povoado sem a necessidade de se deslocarem para Cotegipe – BA.

Em meio a várias solicitações, uma professora foi contratada para ministrar aulas na comunidade. Sem uma estrutura de ensino, as aulas inicialmente ocorreram na igreja católica, até, quando em 1990, após a emancipação do município de Wanderley, sob a gestão do prefeito Antônio Rodrigues Porto, foi fundada uma unidade escolar, a qual recebeu o nome de Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto.

De lá para cá, a escola passou por algumas mudanças. Atualmente é a única instituição a ofertar o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio⁸ para as crianças e adolescentes das oito comunidades negras rurais da margem do Rio Grande em Wanderley - BA. A escola possui um modelo institucional orientado pela Secretaria Municipal de Educação, provendo dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Tabela 1: Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto – Estrutura Física

Espaços	Quantidade
Salas dos professores	01
Salas de Aula	09
Biblioteca	01
Sala de Direção	01
Cozinha/Cantina	01
Pátio	01
Banheiros	2 estudantes/1 professores

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador a partir de dados coletados no PPP da escola.

⁸ O Ensino Médio ofertado na Escola Antônio Barbosa Pinto é o Ensino Médio por Intermediação Tecnológica (EMITec). Para saber mais acerca dessa modalidade educacional tecnológica na escola e sua relação com a Educação Escolar Quilombola, acesse: https://www.encontro2020.bahia.anpuh.org/resources/anais/19/anpuh-ba-eeh2020/1604456251_ARQUIVO_bdd904e9c3035f68d2380f7fa8d4da32.pdf

A partir dos dados apresentados na tabela 01, nota-se que a escola possui uma infraestrutura comum à maioria das instituições localizadas em territórios rurais, de modo que apresenta inúmeras carências, como a existência de uma sala de vídeo, de um laboratório de informática e de um refeitório. Em paralelo às essas necessidades, é possível observar no Projeto Político Pedagógico da escola, outra grave carência: a falta de docentes, principalmente de docentes quilombolas.

Tabela 2: Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto – Quadro Pessoal

Segmentos	Quantitativo
Direção	01
Coordenação	01
Professores	11
Secretário	01
Serviços Gerais	02
Alunos	220

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador a partir de dados coletados no PPP da escola.

Como evidencia a tabela 02, a escola conta atualmente com um quantitativo de 220 estudantes, dentre as modalidades de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Desse público estudantil, a instituição atende um total de 35 estudantes de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba, sendo destes, 24 pertencentes ao Fundamental II e 11 frequentando o Médio. Deste modo, percebe-se que a escola atende um número considerável de estudantes quilombolas, devendo assim está atinente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Em relação ao quadro de docentes, a escola dispõe de 11 professores, dos quais, 06 são concursados e cinco são contratados (indicados pela Secretaria Municipal de Educação). Sendo destes, 07 oriundos da sede do município, e 04 da própria comunidade. Tais professores possuem apenas formação técnica de nível médio em Magistério, com exceções de 04 professoras e do diretor da escola, os quais possuem formações nas áreas de Pedagogia, Letras e Matemática. Mas, é importante apontar que 03 dos que possuem apenas o magistério estão

cursando o curso de Pedagogia em instituições privadas semipresenciais, como é o caso do professor de História da escola, o senhor Cirilo⁹, este que atua na instituição a mais de 15 anos.

No que se refere à formação continuada, o professor Cirilo apontou no questionário que o poder público municipal pouco realiza investimentos, refletindo que quando ocorrem cursos de formação continuada, normalmente são iniciativas de outros órgãos. Para tanto, ele aponta para o Curso de Estudos Africanos, Afro-brasileiros e Indígenas realizado no ano de 2019 na Comunidade Quilombola de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba, o qual foi organizado pelo Coletivo Seconba¹⁰. Sobre esse curso de formação, Cirilo fez a seguinte consideração:

Aqui quase não temos nada de formação continuada, também sempre tem troca de professor, quem não acompanha a gestão municipal, o castigo é vim trabalhar aqui, eu mesmo vim para cá em 2005, por não ter votado no prefeito que ganhou. Mas foi bom, gostei daqui, e aqui estou até hoje. Mas sobre a formação continuada quando acontece é na Semana Pedagógica, que vem alguém da sede um dia, mas mesmo assim é muito difícil isso acontecer. Tivemos um curso de formação aqui no ano passado, mas esse foi organizado pelas professoras das faculdades de Barreiras. Foi muito bom, nele refletimos sobre Educação Escolar Quilombola, prática de ensino e como dialogar os saberes do território com os conteúdos das aulas. Foi muito bom, ali foi formação mesmo (Pesquisa de campo via formulário, 2021).

Na resposta do docente é possível identificar a existência de um grande desafio para implantação de uma Educação Escolar Quilombola que é a rotatividade de docentes que trabalham nestas instituições. Rotatividade decorrente das trocas de gestores municipais que ocorrem de quatro em quatro anos. Importante ressaltar que se trata de prática comum em quase todos os territórios quilombolas, tendo em vista que “durante as audiências públicas realizadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), vários docentes e gestores quilombolas denunciaram situações de rotatividade de professores nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas” (BRASIL, 2013, p. 470).

Compreendendo a importância do estabelecimento de vínculos entre professores e estudantes, bem como da reflexão da construção de práticas educativas com a história, os saberes e as culturas locais, a rotatividade de professores em escolas quilombolas se configura

⁹ Por solicitação do docente, seu nome real será preservado.

¹⁰ Coletivo da Semana da Consciência Negra de Barreiras (SECONBA) é composto por docentes das instituições: Instituto Federal da Bahia/Campus Barreiras, Universidade Federal do Oeste da Bahia/Campus Reitor Edgar Santos e Universidade do Estado da Bahia/Campus IX, e tem como finalidade promover ações extencionistas com foco no fortalecimento da luta antirracista e na promoção de cursos formativos sobre as relações étnico-raciais.

enquanto uma grave problemática. Para a resolução dessa questão a Conferência Nacional de Educação (2010) aponta que a união, os estados, o distrito federal e os municípios deverão: “assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas” (BRASIL, 2010, p. 132).

No tocante ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, nada é dito a respeito da rotatividade constante que acontece no quadro pessoal da instituição. Ainda sobre esse documento, não há nenhuma referência à Educação Escolar Quilombola, nem à comunidade quilombola de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba. Nota-se que embora esteja em constante processo de discussão, tendo sua última adaptação no ano de 2020, o mesmo não reflete o território em que a instituição está inserida, e não representa a identidade de seus estudantes.

É importante apontar que o PPP é um documento que engloba as metodologias que orientam as práticas educativas a serem desenvolvidas na escola, devendo assim ser construído coletivamente, em parceria com todos que compõem a comunidade escolar e, no caso de escolas quilombolas, com todos que pertencem ao território quilombola. Portanto, o PPP é uma ferramenta documental que “reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideias da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos” (LIBANEO, 2008, p. 357).

Desse modo, o PPP, ao não dialogar com a Educação Escolar Quilombola, não propõe em seu currículo a efetiva participação da comunidade, como também a não construção de práticas educativas relacionadas com o território quilombola. Logo, não atende o que é solicitado nas DCNEEQ. Neste contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica apontam:

Art. 31 - O projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social e deve se pautar nas seguintes orientações: I – observância dos princípios da Educação Escolar Quilombola constantes desta Resolução; II – observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e locais, estas últimas definidas pelos sistemas de ensino e seus órgãos normativos; III – atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas; IV – ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar (BRASIL, 2012).

Corroborando com o art. 31 das DCNEEQ, percebe-se a importância do PPP na construção da Educação Escolar Quilombola, tendo em vista que este representa a identidade escolar. No entanto, o PPP da Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto não cita e não contribui no processo de valorização das histórias, culturas e saberes da comunidade de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba, da qual recebe uma quantidade expressiva de crianças e adolescentes.

Práticas Pedagógicas e Materiais Didáticos: Ensino de História na Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto

No tópico anterior nos atentamos a apresentar a Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto, bem como a analisar o seu Projeto Político Pedagógico, documento que rege a instituição. Como resultado, tivemos a percepção da carência do trabalho com as DCNEEQ, de modo que implica na construção de uma efetiva Educação Escolar Quilombola, tendo em vista que não valoriza questões fundamentais, como a história, a cultura, os saberes e as tradições da comunidade quilombola de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba.

Aqui, nos dedicaremos a refletir as práticas pedagógicas da escola, com recorte específico para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e para a disciplina de História, esta que é ministrada pelo docente Cirilo, homem negro, com idade de 54 anos.

Professor concursado e efetivo da escola desde o ano de 2004, Cirilo com formação técnica de nível médio em magistério e licenciando em pedagogia é o único docente responsável pela disciplina de História na escola, a qual assumiu desde a sua chegada à instituição. Sobre esse momento, o professor aponta:

No início foi muito complicado. Na escola não tinha livro didático, eu não conhecia nada das comunidades da margem do rio, aqui a escola recebe estudantes de toda a margem do rio de Wanderley. Vim para aqui por perseguição política, antes trabalhava na sede com o Ensino Fundamental I, quando vim para cá assumir a disciplina de História e Geografia, as quais estou até hoje, e também dou aula de Filosofia. Sobre minha relação com a História, é uma área que gosto, aprendi a gostar, hoje com o uso do livro didático ficou mais fácil ministrar as aulas. O tempo também conduzindo essa disciplina me fez aprender sempre, mas eu fico triste, porque os estudantes não se interessam pela história, a maioria tem a visão da história enquanto disciplina chata, sem importância (Pesquisa de campo via formulário, 2021)

É possível perceber, na fala do professor, que o início do trabalho com a disciplina de História foi um tanto complicado. Ele, que trabalhava no Ensino Fundamental I teve que assumir uma disciplina específica, a qual não possuía tanto domínio e na escola não tinha livros didáticos suficientes para o uso dos alunos. No entanto, com o passar do tempo à frente do componente, foi se aperfeiçoando na prática do dia a dia.

Em sua fala, o professor também aponta para o uso predominante do livro didático em suas práticas pedagógicas, refletindo em seguida o desinteresse dos estudantes pela disciplina de História. Assim, podemos evidenciar uma relação entre as duas situações. Sobre isto, Circe Bittencourt (2008) reflete que o uso do livro didático nas aulas de história não é um problema, no entanto, é necessário que o professor saiba utilizá-lo, sem tomá-lo enquanto único instrumento no processo de ensino-aprendizagem. É essencial também que o professor incorpore o uso de outros materiais didáticos, de outras metodologias, sempre dialogando e estabelecendo elos com a história regional e local (BARBOSA, 2006). Neste caso, com a história do território quilombola de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba. Em consonância a essa necessidade, as DCNEEQ estabelecem que o ensino ministrado nas instituições educacionais quilombolas deve fundamentar-se e alimentar-se principalmente:

a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (BRASIL, 2012).

De acordo com o professor Cirilo, a incorporação da história local nas aulas consiste enquanto um grande problema, tendo em vista uma imprecisão de informações sobre as comunidades, como também a falta de bibliografia a respeito. Quando questionado sobre os estudantes quilombolas que a escola recebe e a importância da educação quilombola, ele afirma:

É os estudantes de Riacho de Sacutiaba e Sacutiaba né? Lá foi esconderijo de escravo né? Já ouvi falar mesmo. Mas é muito complicado o trabalho com essa educação quilombola. Aqui não funciona não, isso não. A secretária de educação até falou sobre isso há um tempo, sobre o trabalho com umas diretrizes, mas não levou nada adiante. Eu esperava muito que funcionasse, eu vejo os estudantes tão assim, desinteressados pela história, quem sabe isso não os interessava, conhecer a própria história (Pesquisa de campo via formulário, 2021)

É perceptível que o professor tem desconhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, como também carrega consigo uma concepção de quilombo ainda enraizada do contexto colonial, ou seja, de quilombo enquanto lugar de “negro fugido”. Nota-se, um desconhecimento acerca dos quilombos contemporâneos, o que pode interferir diretamente em sua prática pedagógica, podendo quando da explanação de alguns objetos de conhecimento negligenciar temas ligados à luta e resistência das comunidades quilombolas no Brasil. Sobre essa falta de compreensão a respeito dos quilombos contemporâneos e como isto pode afetar as práticas nas escolas quilombolas, Souza (2015) faz uma importante reflexão:

Para se pensar em uma Educação Escolar Quilombola, é necessário compreender o que são os quilombos na atualidade e como eles foram se reconfigurando ao longo de suas trajetórias, de modo que se perceba a infinidade de possibilidades de formação histórica e cultural dos quilombos. A limitação da definição de quilombo como “esconderijo de escravos fugidos” limita ainda a nossa percepção sobre estes povos, não os conseguindo perceber como detentores de saberes, de conhecimentos, de tecnologias, de tradições, de valores. Restringir o povo quilombola a “escravos fugidos” faz com que se mantenha a visão estereotipada de que os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes são povos incapazes que precisam da “caridade” dos brancos para conquistar sua liberdade. As novas concepções sobre o que é quilombo e o que é educação escolar quilombola precisam ser apropriados pelas comunidades e pela equipe escolar, de modo a garantir que esta educação diferenciada de fato aconteça (SOUZA, 2015, p. 69)

Corroborando com Souza (2015), compreendemos que a falta de compreensão por parte dos professores sobre o que são os quilombos ocasiona ainda a limitação da reflexão destes povos enquanto seres históricos, constituidores de saberes, culturas e tradições. É preciso que os professores, e em específico os de História, apresentem em suas práticas temas ligados à comunidade quilombola, a fim de despertarem nos estudantes o sentimento de pertença ao seu território, mas também desenvolver a consciência histórica, esta que, segundo Cerri,

[...] Pode ser compreendida como uma representação social que uma coletividade conquista advinda de seu desenvolvimento no espaço e no tempo. O elemento que permite ao homem entender a dimensão da própria História, sem o qual o homem não poderia compreender quem ele é ou o que foi (CERRI, 2012, p. 76).

Desse modo, desenvolver junto aos estudantes a consciência histórica é uma das principais funções dos professores de História. E no que diz respeito à Educação Escolar Quilombola isso é fundamental, tendo em vista a importância do trabalho de reflexão em torno de suas identidades, bem como da importância dos povos negros ao longo da história, esta que foi escrita de luta e resistência.

Colaborando com a discussão, a historiadora Schmidt (2005) aponta que ao assumir o princípio da didática da História, torna-se necessário que os docentes busquem a renovação dos objetos de conhecimento e dos materiais didáticos, possibilitando à construção de problematizações históricas, como também o trabalho com histórias por tempos silenciadas. (SCHMIDT, 2005, p. 299).

Compreende-se assim a necessidade da busca pela inserção dos saberes, culturas, tradições e histórias do território quilombola de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba nas práticas e nos materiais didáticos do ensino de História da Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto. Pois, o ensino de História não pode ser apenas eurocêntrico que, quando não negligencia, estereotipa a cultura e a história africana e afro-brasileira. Ele necessita torna-se algo convidativo que possibilite o reconhecimento dos quilombolas enquanto seres históricos, detentores de saberes, conhecimentos e tradições. Assim, precisamos de práticas no ensino de História que se posicionem enquanto partes de um projeto político contra-hegemônico (GOMES, 2012) e que assumam a responsabilidade em romper com o ensino de bases eurocêntricas.

Considerações finais

A Educação Escolar Quilombola compreende-se enquanto uma modalidade de ensino da educação básica, devendo esta integrar todas as etapas do ensino, bem como está presente não somente nas escolas localizadas nos territórios quilombolas, mas também nas escolas que recebem estudantes oriundos de comunidades quilombolas. Desse modo, amparada em suas diretrizes específicas, essa modalidade de educação estabelece normas, princípios e objetivos a serem contemplados em sua efetivação.

Ancorado nessa discussão, o estudo aqui realizado teve como objetivo compreender como se tem dado o trabalho com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola no que diz respeito ao Ensino de História na Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto, instituição de Ensino Fundamental II, localizada na Comunidade de Goiabeira e que atende os estudantes da comunidade quilombola de Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba.

A partir dos dados coletados percebe-se que tanto o Projeto Político Pedagógico e as práticas pedagógicas de História carregam consigo uma ideia de quilombo histórico, de quilombo enquanto local apenas de “negro fugido”, o que pode acabar por si difundindo nos estudantes uma visão restrita de quilombo, bem como a negação identitária enquanto quilombolas. Tais evidências apontam para a necessidade de investimentos do poder público para/com a formação inicial e continuada dos professores e funcionários da escola.

Em suma, a Escola Municipal Antônio Barbosa Pinto está distante da efetivação do trabalho com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. E no que diz respeito ao ensino de História a situação é bastante complicada, tendo em vista que não há uma adequação entre os objetos de conhecimento escolares e as pedagogias quilombolas. Assim, se faz necessário pensar novas práticas pedagógicas, novos materiais didáticos, os quais devem propiciar o/a estudante à compreensão enquanto sujeitos históricos detentores de saberes, tradições e culturas.

Referências

BARBOSA, Vilma de Lourdes. Ensino de História Local: redescobrimos sentidos. **Saeculum** – Revista de História [15]; João Pessoa, jul./dez. 2006.

BOMFIM, Márcia. V. P. Territorialidade das comunidades tradicionais na Bacia do Rio Grande nos municípios de Cotegipe e Wanderley no Oeste da Bahia. In: **Revista Coletivo Seconba**, v. 01, p. 06-20, 2017.

BRASIL. 2005. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), 2005.

BRASIL. **Decreto nº 4887**, de 20 de novembro de 2003 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010. BRASIL. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Parecer CNE/CP3/2004, de 10 de março de 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

- BRASILEIRO, Sheila. **Riacho de Sacutiaba e Sacutiaba: uma comunidade negra rural no oeste baiano. Relatório de Identificação e Delimitação.** Salvador, Convênio CETT/MinC, jan. 1997.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). **Documento final.** Brasília: MEC, SEA, 2010.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 16/2012, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** Brasília: CNE/CEB, 2012.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, Ana Beatriz S.; CUNHA JUNIOR, Henrique. **Educação e Afrodescendência.** Fortaleza: Ed. UFC, 2008
- GOMES, N.L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.
- GONÇALVES, Petronilha; SILVA, Beatriz. Aprendizagens e ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** 3º ed. Brasília: MEC/SECAD, 2001.
- HAMPATÉ BÁ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.) **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.** 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. **O Currículo Escolar e a construção da Identidade Étnico-Racial da Criança e do Adolescente Quilombola: Um olhar reflexivo sobre a auto-estima (Dissertação de Mestrado)** Universidade Federal da Bahia. Departamento de Educação. Salvador, 2008.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra.** (Coleção Tudo é História) São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MUNANGA, Kabenlege (Org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC/Secretaria de Ensino Fundamental, 1999.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos. Identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTANA, Napoliana Pereira. **Diversidade étnico-racial, educação e quilombo no território Velho Chico.** Goiânia: Kelps, 2016.

SCHMIDT, M. A. M. S.; GARCIA, T. M. F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SERAFIM, Odilina Cirilo Nascimento. **O caminho do quilombo**: histórias não contadas na educação escolar quilombola: território do Sapê do Norte – ES. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, Givânia Maria. **Educação e luta política no quilombo de Conceição das Crioulas**. Curitiba: Appris, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Valdério Santos. **Do Mucambo do Pau-Preto a Rio das Rãs**. Liberdade e escravidão na construção da identidade negra de um quilombo contemporâneo. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Departamento de Ciências Sociais. Salvador, 1998.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação escolar quilombola**: as pedagogias quilombolas na construção curricular (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Departamento de Educação. Salvador, 2015.